



Orgânicos no SUS

Projeto pioneiro leva alimentos oriundos da agricultura familiar e da agroecologia para alguns hospitais da rede pública em São Paulo

CARLOS FIORAVANTI E YURI VASCONCELOS

É uma rotina que se repete duas vezes por semana. Nas terças e quartas-feiras, em torno das 7h, um caminhão-baú chega no setor de entregas do Hospital São Paulo da Universidade Federal de São Paulo (HSP-Unifesp) e dezenas de caixas com frutas, legumes, verduras, feijão e ovos são descarregadas. Os alimentos abastecerão a cozinha do hospital universitário, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e localizado na Vila Clementino, na zona sul da capital. Em pouco tempo, serão empregados no preparo das refeições dos pacientes e de seus acompanhantes.

Um detalhe importante: são alimentos provenientes da agricultura familiar, cultivados por pequenos produtores associados à Cooperativa dos Produtores Agrícolas Solidários do Alto Tietê (Coopasat), de Mogi das Cruzes, e ao Instituto Terra Viva Brasil de Agroecologia, de Sorocaba, ambos em São Paulo. Parte do lote é composta por alimentos orgânicos ou de base agroecológica. A agroecologia é um sistema agrícola em que os alimentos são produzidos de forma considerada socialmente justa e ambientalmente sustentável, sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes sintéticos, respeitando os ecossistemas, a biodiversidade e as comunidades envolvidas. Preconiza a transição do modelo agropecuário atual, baseado na monocultura e no uso de produtos químicos, para um sistema alicerçado em princípios ecológicos, sociais e econômicos.

O Hospital São Paulo integra um projeto pioneiro fruto de um acordo assinado em outubro de 2023 entre a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). O compromisso visa ao fornecimento de alimentos da agricultura familiar nas unidades hospitalares geridas pela associação, uma organização social com atuação na área da saúde e mantenedora do HSP.

Também fazem parte da iniciativa o Hospital Municipal de Parelheiros, no extremo sul da capital paulista, o Hospital Regional Alto Tietê, em Suzano, e o Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo, em Mogi das Cruzes. Até o fim do ano, mais oito unidades serão incorporadas à iniciativa. Além da Coopasat e do Terra Viva, participam do projeto a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas), a Cooperativa dos Produtos Rurais de Jquitiba e Região (Coopjuqui) e a Annona – Cooperativa de Agricultura Sustentável.

“O projeto começou como um grande desafio de interação entre ciência, territórios de agricultura familiar e políticas públicas”, explica a advogada Larissa Beltramim, chefe do Escritório de Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Inovação Social da SPDM. “O que temos feito é implementar na rede de hospitais do SUS em São Paulo o Programa de Aquisição de Alimentos [PAA], uma política pública federal, com adesão de estados e municípios, para a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar.” O fornecimento de alimentos começou em 2024, informa Beltramim.

Para a biomédica Helena Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), levar a agricultura familiar ao SUS é um dos mais relevantes projetos de saúde pública do país. “O Brasil é um dos maiores produtores globais de alimentos. E tem o maior sistema de saúde pública, reconhecido internacionalmente. Por isso, é preciso incentivar a agricultura familiar e a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos no SUS para termos o maior programa de agricultura familiar na saúde pública do mundo.”

Mesmo com tão pouco tempo de existência do projeto, Beltramim afirma que já é possível perceber suas vantagens. “Há benefícios do ponto de vista social, econômico e ambiental. Ele estimula a agenda da transição agroalimentar, fortalece a cadeia produtiva da agricultura familiar, gerando renda para pequenos produtores, e os pacientes do

Colaborador do Instituto Terra Viva descarrega alimentos da agricultura familiar no Hospital São Paulo

hospital e seus familiares recebem uma nutrição muito mais saudável, com a garantia do direito humano à alimentação adequada e à saúde”, diz.

O projeto tem a coordenação científica do neurocientista Fulvio Alexandre Scorza, do Departamento de Neurologia e Neurocirurgia da Escola Paulista de Medicina (EPM) da Unifesp. Ele concorda que a introdução de alimentos orgânicos nos hospitais tem se mostrado importante para a saúde dos pacientes. “Reduzem o risco de exposição aos agrotóxicos, apresentam maior valor nutricional, auxiliam na prevenção de doenças crônicas e aumentam a satisfação dos pacientes com a alimentação hospitalar”, avalia Scorza.

O projeto foi um dos destaques do I Congresso Técnico-Científico de Agricultura Orgânica, organizado pelo Instituto Brasil Orgânico (IBO) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em março. De acordo com um levantamento realizado pelo IBO, o número de propriedades rurais com cultivo de orgânicos cresceu 150% entre 2013 e 2025, chegando a 25.178. O Paraná é o estado com maior quantidade de propriedades, seguido por Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (ver *infográfico*).

Apesar da evolução, os orgânicos ainda representam uma parcela ínfima da produção nacional, conforme revelou estudo feito em 2021

por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Instituto de Economia da Unicamp. O trabalho, intitulado “Construção de uma tipologia para a produção orgânica no Brasil”, mostrou que do total da área agricultável do país, de mais de 351 milhões de hectares (ha), apenas 1,2 milhão de ha é destinado ao cultivo de orgânicos, menos de 0,5% do total.

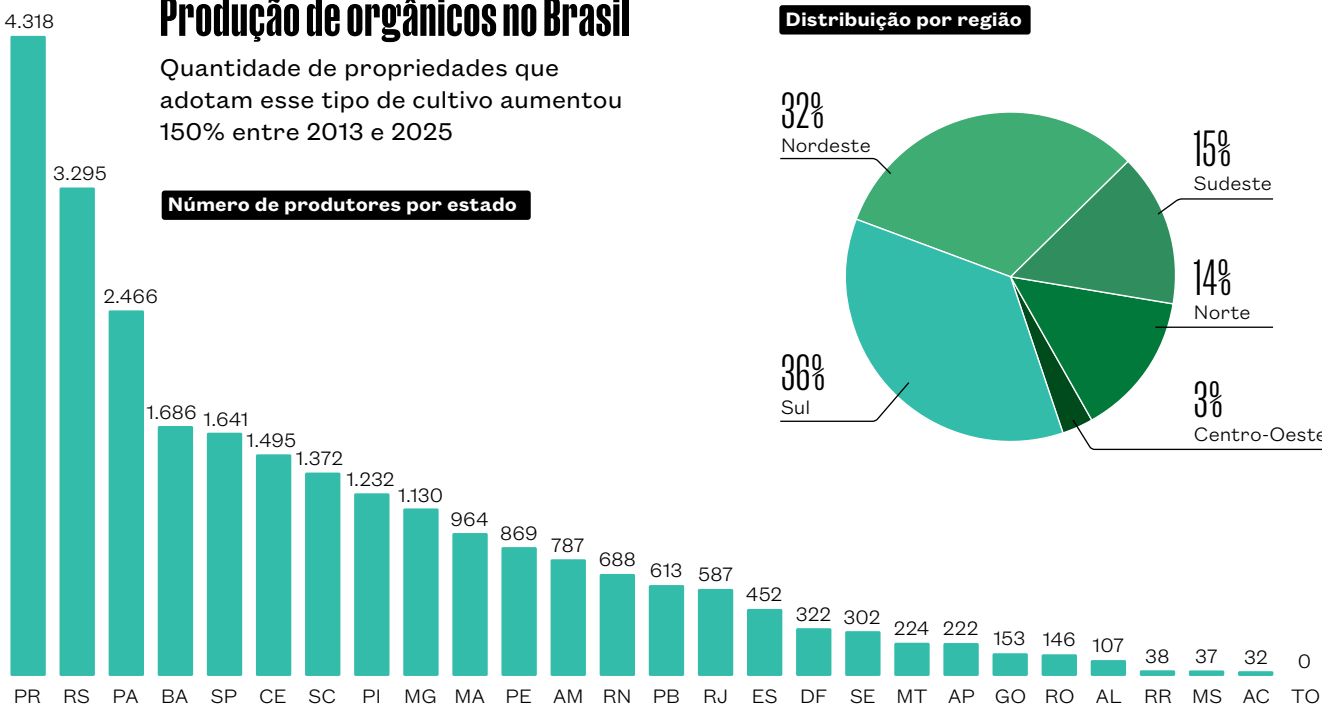
Durante o evento do IBO, Scorza chamou a atenção para o fato de 44% dos princípios ativos liberados no Brasil serem proibidos por países da União Europeia em razão dos riscos à saúde humana e ao meio ambiente (ver Pesquisa FAPESP nº 271). “Somos o maior produtor e exportador de alimentos do planeta, mas, infelizmente, também lideramos o ranking entre os maiores consumidores de agrotóxicos”, lamenta o neurologista. O uso de agrotóxicos em grandes monoculturas, como soja e cana de açúcar, segundo seus defensores, é o que faz do Brasil o maior celeiro agrícola do mundo.

Para Scorza, estudos científicos trazem evidências de que alguns tipos de agrotóxico – entre eles os carbamatos, amplamente utilizados como inseticidas, herbicidas e fungicidas, os organofosforados, compostos químicos empregados em inseticidas, e os organoclorados, conhecidos pela elevada persistência ambiental e bioacumulação – podem provocar danos ao cérebro. Por isso, são considerados fatores de risco potenciais para a eclosão de distúrbios neuropsiquiátricos.

Entre junho e outubro de 2025, a engenheira-agrônoma Sandra Maria Pereira da Silva atuou

Produção de orgânicos no Brasil

Quantidade de propriedades que adotam esse tipo de cultivo aumentou 150% entre 2013 e 2025



FONTE: INSTITUTO BRASIL ORGÂNICO



1



2



3

Couve e plantio de orgânicos em Mogi das Cruzes; pescados artesanais em fase de teste para inclusão no SUS; cozinheiro do Hospital São Paulo seleciona tomates para o preparo das refeições

com sua equipe em Paraibuna, a 70 quilômetros (km) da unidade da Agência Paulista de Tecnologia dos Agro-negócios (Apta) em Pindamonhangaba, onde trabalha. Em dois eventos técnicos, ela se reuniu com a equipe de outros órgãos da agricultura e da saúde, gestores públicos e produtores rurais com o propósito de, também ali, promover o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, por meio de um projeto apoiado pela FAPESP. “Muitos prefeitos e secretários de Saúde ainda não sabem que podem contar com um crédito do Ministério da Saúde de até R\$ 1 real por habitante para implantar ações com plantas medicinais e fitoterápicos”, diz.

A experiência-piloto do HSP e das demais unidades da Grande São Paulo mostra, de acordo com Beltramim e Scorza, que a aquisição de alimentos da agricultura familiar para unidades de saúde é viável e positiva, mas muitos obstáculos, principalmente de logística, precisaram ser superados. Um ponto importante foi o estabelecimento de uma rede colaborativa de parceiros do poder público em âmbito federati-

vo, universidades, entidades da sociedade civil organizada e movimentos sociais. Outro foi a garantia de uma infraestrutura de transporte e armazenamento que garantisse a conservação adequada dos alimentos e permitisse o melhor aproveitamento deles, com redução do desperdício, no preparo das refeições.

HORTAS COMUNITÁRIAS

Em outra frente de trabalho, a equipe da engenheira-agrônoma Vanilde Esquerdo, da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp, tem se dedicado a estudar as políticas públicas implementadas no país para fortalecer a agroecologia e a produção orgânica. Durante o encontro em Campinas, ela e sua equipe lançaram três publicações com os resultados mais recentes de seus trabalhos nesse campo, apoiados pela FAPESP.

A primeira examina o cenário nacional de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapos), constituídas por lei, decretos e outros instrumentos normativos, e de Planos Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (Pleapos), que coordenam as ações previstas nas políticas. Treze unidades da federação já promulgaram as políticas estaduais e sete (Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal e Sergipe) aprovaram o plano de implantação.

“Nos estados, houve um esforço grande para a construção da política, com a participação de gestores, universidades e movimentos sociais, mas a implementação ainda é um problema, por falta de orçamento e planejamento”, observa Esquerdo. “Ainda assim, localmente, a agroecologia avança, como resultado do trabalho de agricultores, extensionistas, associações e cooperativas.”

A segunda publicação examina as estruturas de governança da agroecologia no sudoeste paulista, uma das regiões estudadas pelo grupo da Unicamp por meio de um projeto de pesquisa apoiado pela FAPESP. Ali, de acordo com esse estudo, sobressaem-se “estruturas pujantes e ativas, com inserção local significativa, como a Rede Sociotécnica do Sudoeste Paulista, que apresenta composição plural e atuação alinhada a demandas e propostas voltadas à transição agroecológica”.

Enquanto em Itapeva, Itaberá e outros municípios do sudoeste paulista predominam as pequenas propriedades rurais e a agricultura familiar, com a produção de hortaliças, feijão, ovos e ervas medicinais, a outra área de estudo, a Região Metropolitana de São Paulo, examinada no terceiro volume, é marcada pelas hortas comunitárias. Elas são mais comuns na zona leste da capital, com a produção centrada em hortaliças, tanto para o consumo familiar quanto, eventualmente, para venda a escolas públicas.

Pés de hortelã e de cravo-amarelo: a ideia é promover o uso de plantas medicinais e fitoterápicas em unidades públicas de saúde de cidades paulistas

O levantamento evidenciou falhas de articulação entre os produtores e consumidores. “Por causa da falta de controle de extensão rural, regularidade e planejamento da produção, poucos produtores acessam o PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar] e outros programas de compras públicas”, diz Esquerdo. “Os técnicos da extensão rural são muito importantes para aumentar a qualificação dos produtores.”

Ao percorrer as propriedades rurais e conversar com os produtores, Esquerdo, com sua equipe, notou a participação intensa das mulheres, expressa por meio de organizações como a Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (Rappa), da capital, e a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (Rama), do Vale do Ribeira. Há também dificuldades para acesso à água e regularização jurídica das terras, além do risco de contaminação do solo.

FITOTERÁPICOS

A equipe da Apta costuma levar às reuniões muitas certificadas de algumas das 20 espécies já selecionadas para oferecer às equipes dos postos de saúde, entre elas guaco, calêndula e babosa. O propósito é manter um horto matriz e, nas dinâmicas de grupo, despertar lembranças familiares nos participantes e motivá-los a usar as plantas de que se esqueceram e continuam eficazes contra tosse, ferimentos ou indigestão. Silva sugere que os agricultores plantem também outras espécies, como alecrim e hortelã, com as quais possam gerar renda.

Ainda há muito por fazer. “Há uma lei federal que incentiva o uso de fitoterápicos no SUS, mas precisamos orientar os produtores sobre as melhores técnicas de controle de qualidade, embalagem e distribuição”, diz ela. “Precisamos também regulamentar e certificar o processo artesanal de produção de ingredientes botânicos.” Outro gargalo, segundo ela, é a capacitação profissional. “É preciso treinar os profissionais prescritores de fitoterápicos, como médicos, enfermeiros, farmacêuticos e dentistas dos postos de saúde. Do contrário, os fitoterápicos ficarão na prateleira”, diz.

A equipe do projeto já chegou ao outro extremo do estado para apresentar as possibilidades de produção e uso das plantas medicinais e aromáticas. “Tanto em Andradina, no oeste paulista, quanto em Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, há produtores com potencial para fornecer ao SUS, mas ainda não têm uma infraestrutura adequada de produção para atender aos centros de saúde e hospitais, que exigem entregas regulares e embalagens apropriadas”, observa Silva. ●



Os projetos, os artigos científicos e o livro consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.